

MARCO LEGAL

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

SEMOB/MCID



OBJETIVO

Marco Legal

O que regular no transporte coletivo?

- ✓ Garantia da prevalência do interesse público e fortalecimento dos municípios como gestores do transporte
- ✓ Ampliação de receitas: superação do financiamento exclusivo via tarifa, fim da regressividade e rateio dos custos pela sociedade em geral
- ✓ Redução custos: abertura de mercado, padronização, eficiência da rede e transparência
- ✓ Organização da oferta e da demanda: superação da oferta concentrada e estímulo à substituição do automóvel pelo TPC

ANTECEDENTES

Marco Legal

Apoio técnico: BID, com 2 consultorias, em 2021 e 2022 (Renato Boareto Consultoria)

[Resultado] sistematização de proposições em 4 níveis:

1. Programa do Governo Federal (suporte aos municípios);
2. Normas de referência e Cadernos Técnicos: orientações para municípios e estados
3. Emendas à PNMU (Lei nº 12.587/2012);
4. Legislação específica TPC

Etapa 1

Propostas entidades (ANTP, NTU, MDT e outras)
Projetos de lei em tramitação (revisão PNMU, autoridade metropolitana, PNAMI e outros)
Documentos e estudos técnicos IPEA

Etapa 2

24 entrevistas stakeholders
(gestores locais, dirigentes associações, empresários, pesquisadores, especialistas internacionais e lideranças movimentos/instituições).

Etapa 3

[1ª FASE] Avaliação de 7 cidades – contratos, subsídios, remuneração: Santiago, Bogotá, Campinas, Distrito Federal, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba
[2ª FASE] Avaliação de 5 países/regiões: Chile, Colômbia, UE, Reino Unido e China

Etapa 4

5 mesas redondas
10 reuniões bilaterais
1 seminário internacional (Chile, Colômbia, França e Alemanha)

Etapa 5

11 reuniões de trabalho com Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana
Consulta Pública – de NOV/22 a FEV/23: 290 contribuições enviadas

Análise documental

Realização de Entrevistas

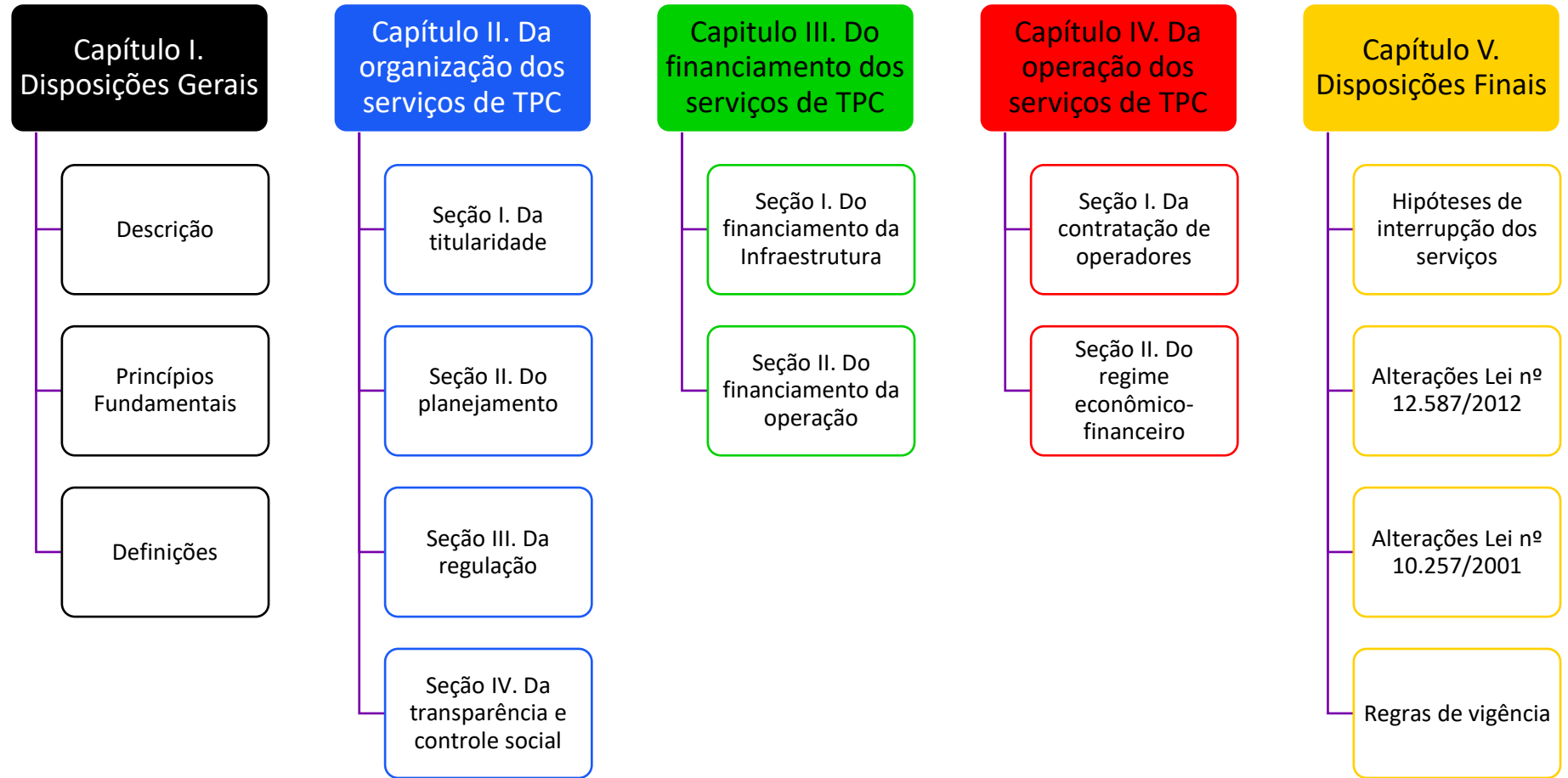
Benchmarking Estudos de Casos

Reuniões Temáticas e setoriais

Proposição de minuta inicial

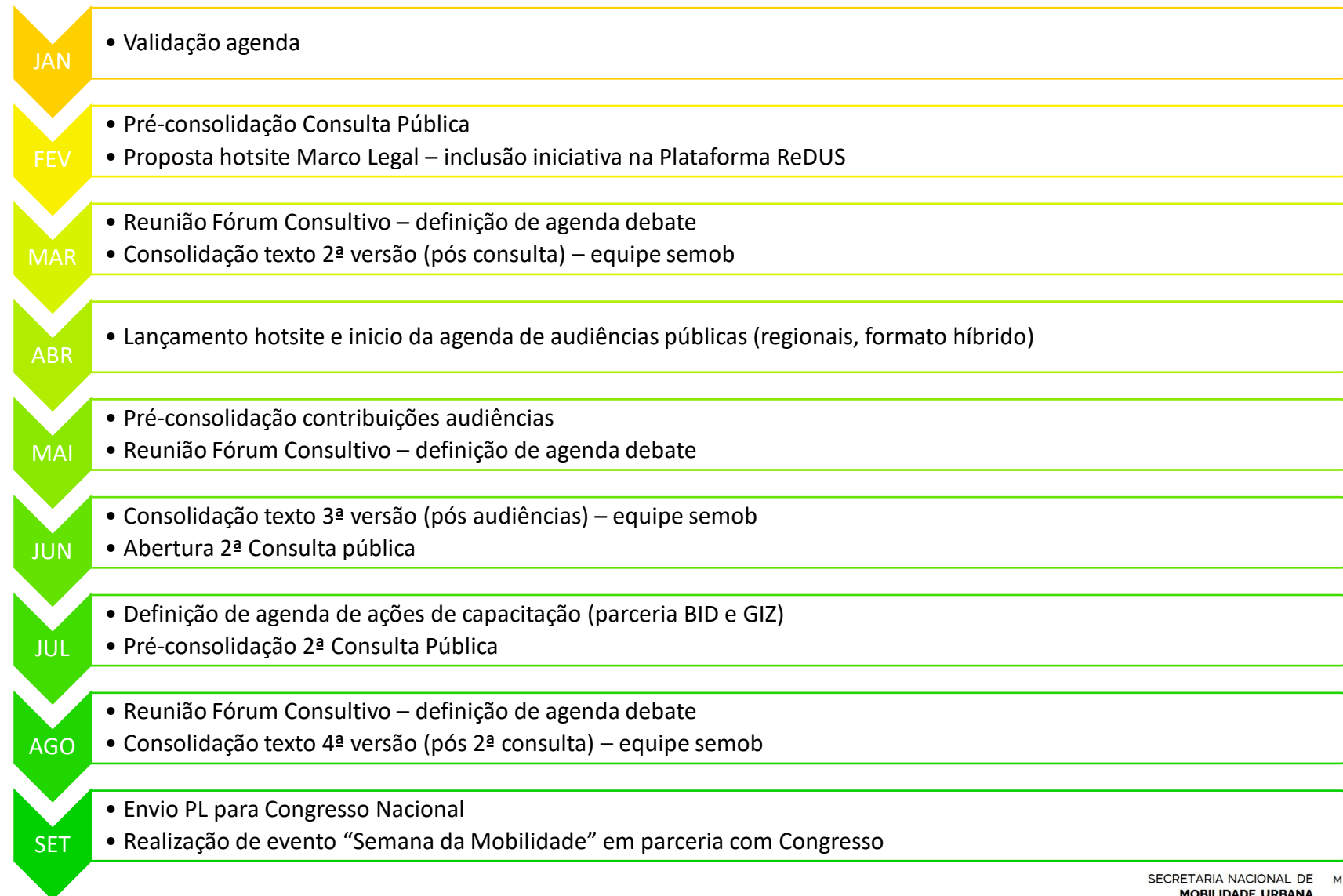
ESTRUTURA PL

Marco Legal



CRONOGRAMA

Marco Legal



Por deslocamentos urbanos sustentáveis com
prioridade para o transporte público coletivo e
a segurança viária

MINISTÉRIO DAS CIDADES

SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

